



Escola de Administração Fazendária

Agência Nacional de Energia Elétrica
ANEEL

Concurso Público 2006

Cargo: Analista Administrativo

Prova 2

Área 2

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza de seus sonhos”.
- 4 - DURAÇÃO DA PROVA: **4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12- Esta prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões
Gestão Contemporânea	01 a 18
Legislação Específica e Fundamentos Básicos do Setor Elétrico Brasileiro	19 a 28
Conhecimento Específico	29 a 80

Boa prova!

GESTÃO CONTEMPORÂNEA

01-Assinale a opção correta.

- a) O planejamento estratégico se constitui em um processo de implementação e controle estratégico que permeia todos os níveis organizacionais.
- b) A gestão estratégica e o planejamento estratégico prevêm o delineamento de cenários econômicos de modo a otimizar as oportunidades.
- c) A gestão estratégica é um processo de ação gerencial sistemática e contínua que visa assegurar à organização senso de direção e continuidade a longo prazo.
- d) O planejamento estratégico foca em planos das áreas funcionais da organização e na definição de objetivos específicos.
- e) A gestão estratégica tem como objetivo definir planos de atividades, aplicação de recursos e cronogramas.

02-Escolha a opção que não apresenta corretamente uma razão para as organizações investirem em planejamento.

- a) Interferir no curso dos acontecimentos.
- b) Enfrentar eventos futuros previsíveis.
- c) Coordenar eventos e recursos entre si.
- d) Analisar séries temporais.
- e) Criar o futuro.

03-Com base na abordagem organizacional dos sistemas, indique a opção que relaciona cada conceito da teoria com sua respectiva definição.

Coluna A	Coluna B
AI. Entropia negativa	BI. Parte do controle do sistema onde os resultados das ações retornam ao indivíduo, permitindo a análise e correção do trabalho.
AII. Sinergia	BII. Situação que envolve um processo cíclico de variação, seleção e retenção de características selecionadas no ambiente.
AIII. Retroalimentação	BIII. Situação em que o todo é maior do que a soma de suas partes, onde a cooperação é mais produtiva que o isolamento.
AIV. Equifinalidade	BIV. Possibilidade de o sistema alcançar o mesmo estado final, partindo de diferentes condições iniciais e de diversos caminhos.
AV. Evolução	BV. Processo de obtenção de reservas de energia e de informação para manter a estrutura do sistema.

- a) AI – BV, AII – BIII, AIII – BI, AIV – BIV, AV – BII
- b) AI – BIV, AII – BII, AIII – BIII, AIV – BI, AV – BV
- c) AI – BII, AII – BIV, AIII – BI, AIV – BV, AV – BIII
- d) AI – BII, AII – BIII, AIII – BI, AIV – BIV, AV – BV
- e) AI – BIV, AII – BV, AIII – BII, AIV – BIII, AV – BI

04-Indique a opção que apresenta respectivamente a ênfase, o tipo de relação entre administrador e empregado e a concepção da natureza do homem, de acordo com a abordagem organizacional dos sistemas.

- a) ambiente - identidade de interesses - homem organizacional
- b) pessoas - conflito de papéis - homem organizacional
- c) ambiente - conflito de papéis - homem funcional
- d) pessoas - identidade de interesses - homem funcional
- e) estrutura - identidade de interesses - homem organizacional

05-Escolha a opção que preenche corretamente as lacunas da frase a seguir e assinale a opção correta.

Segundo a abordagem organizacional dos sistemas, uma organização é um sistema _____, composto de elementos ou componentes _____, com limites _____

- a) fechado - independentes - rígidos
- b) aberto - interdependentes - flexíveis
- c) aberto - independentes - flexíveis
- d) aberto - independentes - rígidos
- e) fechado - interdependentes - flexíveis

06-Assinale a opção que apresenta uma forma de controle tanto para a abordagem organizacional dos sistemas quanto para a comunicação interpessoal nas organizações.

- a) entropia
- b) feedback
- c) homeostasia
- d) conflito
- e) legitimidade

07-Assinale a opção que apresenta apenas barreiras à comunicação interpessoal nas organizações.

- a) ruído - decodificação - diferenças de linguagem
- b) diferenças de linguagem - decodificação - reações emocionais
- c) codificação - reações emocionais - percepções diferentes
- d) percepções diferentes - ruído - diferenças de linguagem
- e) reações emocionais - codificação - ruído

08-Por processo se entende uma seqüência integrada de atividades, interdependentes, efetuadas para produzir bens ou serviços de valor para o cliente.

Assinale a opção que não identifica corretamente aspectos presentes na definição acima.

- a) Entrada-processamento e saída
- b) Fluxo de atividades
- c) Ênfase no processo
- d) Foco nos clientes
- e) Agregação de valor

09-Os processos podem ser classificados em diferentes categorias.

Assinale a opção correta.

- a) Processos operacionais ou de produção se destinam a monitorar as mudanças tecnológicas e aferir a satisfação dos clientes.
- b) Processos gerenciais se destinam a atender às demandas dos clientes por bens e serviços.
- c) Processos estratégicos se destinam a desenvolver equipes de funcionários.
- d) Processos operacionais ou de produção se destinam a atender às demandas dos clientes por bens e serviços.
- e) Processos operacionais se destinam a desenvolver critérios de avaliação financeira.

10-Sobre gestão de processos é correto afirmar:

- a) A gestão de processos prioriza a participação do corpo gerencial da organização.
- b) A gestão de processos foca fluxos de produção.
- c) A gestão de processos prioriza a avaliação da efetividade.
- d) A gestão de processos se fundamenta na ação de planejamento.
- e) A gestão de processos se fundamenta nos princípios da qualidade total.

11-Assinale a opção correta.

- a) O modelo de liderança situacional apresenta uma concepção bidimensional de liderança que oferece uma explicação para conciliar a eficácia do líder com a orientação para a produção e para as pessoas.
- b) O modelo de liderança situacional apresenta a liderança como a capacidade de criar uma visão de futuro de longo prazo, que seja viável e desejável pelos membros da organização e capaz de direcioná-los em suas ações.
- c) O modelo de liderança situacional apresenta uma concepção de liderança na qual os líderes possuem certas características e atributos pessoais, físicos, mentais e culturais que os diferenciam de seus seguidores.
- d) O modelo de liderança situacional apresenta uma concepção de liderança focada no desenvolvimento das pessoas, incentivando o trabalho independente, a dedicação e a busca de padrões de desempenho que vão além do próprio cargo.
- e) O modelo de liderança situacional apresenta uma concepção de liderança que reconhece a importância dos liderados e se baseia na lógica de que os líderes podem compensar as limitações motivacionais e de capacitação de seus seguidores.

12-Alguns autores consideram o modelo de Fiedler e de Hersey e Blanchard como modelos de liderança situacional. A respeito desses modelos, classifique as frases a seguir em Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

- I. A eficácia do desempenho do grupo depende da adequação entre o estilo do líder e quanto de controle a situação proporciona a ele.
- II. O líder deve flexibilizar seu comportamento a fim de ajustá-lo à situação.
- III. O grau de favorabilidade da situação para o líder é definido pelas relações entre líder e subordinados, pelo grau de estruturação da tarefa e pelo poder de oposição.
- IV. O comportamento do líder diante da situação é capaz de definir e estruturar o papel dos liderados.
- V. O estabelecimento de valores e padrões da situação pelo líder incentiva comportamentos transformadores nos liderados.

Aponte a resposta que contém apenas as opções verdadeiras.

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e V.
- d) IV e V.
- e) III e V.

13- Classifique as opções em Verdadeiras (V) e Falsas (F) e assinale a opção correta.

- () O número ideal de componentes de um grupo de trabalho depende de seus objetivos e influencia o processo de comunicação.
 - () A definição dos diversos papéis presentes nos grupos de trabalho dificulta o entendimento das expectativas dos componentes.
 - () A existência de padrões morais, valores e regras de funcionamento auxilia os componentes a saber o que é esperado, válido e legítimo em termos de comportamento.
 - () A linguagem simbólica dos grupos de trabalho determina o grau de percepção e de evolução dos componentes.
 - () A determinação de padrões de comportamento em um grupo de trabalho permite compreender a dinâmica de forças e a premência de tomar decisões dos componentes.
- a) V, F, F, F, V
b) F, V, V, F, V
c) F, F, F, V, V
d) V, F, F, V, F
e) V, F, V, F, F

14- Escolha a opção que preenche corretamente as lacunas da frase a seguir e assinale a opção correta.

As opções básicas que os administradores têm para tentar transformar indivíduos em membros de equipe são: _____, _____ e _____.

- a) seleção - treinamento - recompensas
- b) liderança - recompensas - treinamento
- c) controle - seleção - liderança
- d) treinamento - liderança - controle
- e) recompensas - controle - seleção

15- Assinale a opção incorreta.

- a) Equipes de trabalho autogerenciadas precisam ser apoiadas pelos sistemas de informação da organização para que tenham acesso às informações sobre a tarefa, aos recursos disponíveis e aos padrões de desempenho.
- b) Equipes de trabalho autogerenciadas pressupõe a descentralização para que tenham uma margem de iniciativa e de decisão, referente à organização de seu trabalho.
- c) Equipes de trabalho autogerenciadas necessitam de uma nova estruturação das relações entre as unidades autônomas, uma vez que uma coordenação continua sendo indispensável.
- d) Equipes de trabalho autogerenciadas realizam trabalhos muito relacionados ou interdependentes e assumem responsabilidades de seus antigos supervisores.

- e) Equipes de trabalho autogerenciadas apresentam um contexto social limitado, caracterizando-se pela fraca empatia e conflituosa interação entre seus membros.

16- Sobre o Protocolo de Quioto é correto afirmar:

- a) Trata-se de acordo bilateral visando à implantação de alternativas tecnológicas que possibilitem o controle da biopirataria.
- b) O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL é um instrumento criado para auxiliar os países desenvolvidos no cumprimento de metas de redução de gases efeito estufa.
- c) A implantação de sistema de gestão ambiental ISO14000 e respectiva certificação são requisitos essenciais para obter créditos de carbono.
- d) O Brasil, país enquadrado nas Partes do Anexo I do Protocolo deve tomar medidas para redução das emissões de carbono até 2012.
- e) O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL funciona no sentido de inibir instrumentos com a modernização de plantas industriais nos países em desenvolvimento.

17- A matriz energética brasileira tem como principal fonte de fornecimento a:

- a) energia hidrelétrica
- b) energia eólica e solar
- c) energia derivada do biodiesel
- d) energia termoelétrica
- e) energia derivada de gás natural

18- Assinale a opção correta.

- a) Para o Brasil atingir o patamar de "grau de incerteza", que permitirá acesso a dinheiro mais barato, precisará controlar os juros públicos e crescer mais rapidamente.
- b) Para o Brasil atingir o patamar de "grau de investimento", que permitirá acesso a dinheiro mais barato, precisará controlar os gastos públicos e crescer mais rapidamente.
- c) Para o Brasil atingir o patamar de "grau de investimento", que permitirá acesso a dinheiro mais barato, precisará zerar os gastos públicos e promover o desenvolvimento acelerado.
- d) Para o Brasil atingir o patamar de "grau de investimento", que permitirá acesso a dinheiro interno, precisará aumentar os juros e zerar os investimentos públicos.
- e) Para o Brasil atingir o patamar de "grau de incerteza", que permitirá acesso a dinheiro fácil, precisará investir em marketing e promover o desenvolvimento.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E FUNDAMENTOS BÁSICOS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

19- Com relação à instituição denominada Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), assinale a opção correta.

- a) Apesar de a CCEE apurar a tarifa de suprimento para as distribuidoras, essa tarifa não é levada em conta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na formação das tarifas de fornecimento aos consumidores regulados.
- b) O custeio da CCEE é coberto com recursos de taxas provenientes de fiscalizações realizadas pela ANEEL nas empresas do setor elétrico.
- c) No caso de concessionários do serviço público de energia elétrica, a CCEE administra somente a contratação de compra de energia.
- d) A estrutura de governança da CCEE é semelhante à da ANEEL, à exceção das áreas de regulação e fiscalização, que estão presentes somente nesta última instituição.
- e) A CCEE caracteriza-se como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

20- A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foi criada com a implantação do modelo do setor elétrico brasileiro vigente. Acerca dessa instituição, assinale a opção correta.

- a) A EPE é impedida de celebrar contratos de prestação de serviços com pessoas físicas ou jurídicas para realizar trabalhos comprovadamente de sua competência técnica.
- b) As receitas da EPE são provenientes de contratos de prestação de serviço com a ANEEL e com o ONS.
- c) Um condicionante para a formação da EPE foi a sua vinculação à CCEE.
- d) A EPE conta com câmaras técnicas para fins de desenvolvimento de estudos setoriais que lhes são pertinentes.
- e) A EPE não dispõe de autonomia técnica, tal como o requisito necessário para promover estudos de viabilidade técnico-econômica e sócio-ambiental de usinas para aproveitamentos hidrelétricos.

21- A respeito das principais funções dos agentes institucionais do setor elétrico, existentes e novos, integrantes do modelo institucional do setor elétrico brasileiro, a partir de 2004, assinale a opção correta.

- a) O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) tem como um dos seus objetivos a proposição de licitação individual de projetos especiais do setor elétrico que são sugeridos pelas empresas do setor elétrico atuantes no país.
- b) O Ministério de Minas e Energia (MME), por intermédio da ANEEL, exerce o monitoramento da segurança de suprimento do setor elétrico.

- c) Cabe ao MME a definição de ações preventivas visando à restauração de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais no que diz respeito à oferta e demanda de energia.
- d) Não é função da ANEEL realizar licitações para aquisição de energia para os distribuidores, pois essa função deve ser realizada pela CCEE.
- e) O CNPE, consultado o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), é o principal agente institucional responsável pela política de estudo e expansão da rede básica do sistema interligado brasileiro.

22- Considere que uma determinada empresa concessionária de energia elétrica tenha concessão de serviço público, formalizada adequadamente dentro da lei. De acordo com a Lei n. 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviço público, a extinção da concessão pode ocorrer por caducidade. O poder concedente não poderá declarar a caducidade da concessão quando

- a) a concessionária paralisar o serviço ou contribuir para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.
- b) a concessionária, após ser apenada por imposição de infração, cumprir, nos devidos prazos, as obrigações decorrentes dessa apenação.
- c) a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de contribuições sociais.
- d) a concessionária descumprir cláusulas contratuais concernentes à concessão.
- e) a concessionária atingir condições econômicas insatisfatórias, de modo que não possa manter a adequada prestação do serviço público.

23- Julgue e marque como certa (C) ou errada (E) cada uma das afirmativas subseqüentes sobre as concessões, permissões e autorizações de prestação de serviço público relacionadas ao setor de energia elétrica.

- () De acordo com a Lei n. 8.987/95, permissão de serviço público consiste na delegação da prestação de serviços públicos que é feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- () As autorizações são concedidas pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica mediante licitação prévia do bem público e desde que não provoque nenhum prejuízo à coletividade que se utiliza do referido bem.
- () Considere que uma concessão foi legalmente obtida para fins de aproveitamento de um potencial hidrelétrico de 3.000 kW. Em tal situação, pode ser dispensada a licitação prévia visando à obtenção da concessão.
- () Modo, forma e condições de prestação do serviço devem ser previstos em cláusulas do contrato de concessão.
- () As autorizações são concedidas a título precário, não rendendo a revogação direito a indenização.

Assinale a opção que corresponde à seqüência correta de marcações.

- a) C – E – E – C – C.
- b) C – E – C – C – E.
- c) E – C – C – E – C.
- d) E – C – E – E – E.
- e) C – C – C – E – C.

24- Ainda com relação aos ditames da Lei n. 9.427, de 26/12/1996, assinale a opção incorreta.

- a) As receitas da ANEEL incluem recursos oriundos da cobrança da taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica e rendimentos de operações financeiras que realizar.
- b) A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica é diferenciada em função da modalidade e proporcional ao porte do serviço concedido, permitido ou autorizado, incluindo a produção independente de energia elétrica.
- c) Nos doze meses subseqüentes ao exercício do cargo, o ex-dirigente da ANEEL estará impedido de prestar, mesmo que indiretamente, qualquer tipo de serviço às empresas que estiveram sob sua regulamentação ou fiscalização.
- d) Um acionista com participação individual direta de 3% no capital social de empresa permissionária está impedido de exercer cargo de direção na ANEEL.
- e) Os mandatos do diretor-geral e dos demais diretores da ANEEL são coincidentes e com duração de quatro anos.

25- A Lei n. 9.427, de 26/12/1996, define atribuições da ANEEL, que incluem a de

- a) promover os procedimentos licitatórios para a contratação de concessionárias de serviço público para a produção e a transmissão de energia elétrica, sendo que a correspondente contratação para a distribuição de energia elétrica é responsabilidade direta do Ministério de Minas e Energia.
- b) dirimir quaisquer divergências entre concessionárias, sendo que as divergências entre estas e seus respectivos consumidores devem ser resolvidas por acordo entre as partes ou pelo Poder Judiciário.
- c) definir as tarifas de uso do sistema de transmissão, assegurando arrecadação de recursos suficientes para a cobertura dos custos deste sistema e utilizando sinal locacional para assegurar maiores encargos para os agentes que mais oneram o sistema de transmissão.
- d) estabelecer tarifas para o suprimento de energia elétrica realizado às concessionárias de distribuição cujos mercados próprios sejam superiores a 300 GWh/ano.

- e) regular o serviço concedido e o permitido, fiscalizando permanentemente a prestação dele, estando a regulação e a fiscalização do serviço autorizado fora da alçada da ANEEL.

26- Segundo o Regimento Interno da ANEEL, não compete à Diretoria, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, acerca do(a)

- a) planejamento estratégico da Agência.
- b) coordenação das ações de proteção e defesa dos consumidores de energia elétrica que sejam incumbência da Agência.
- c) designação do diretor que presidirá cada audiência pública.
- d) delegação eventual a diretor para deliberar sobre assuntos relacionados às Superintendências de Processos Organizacionais.
- e) designação de comissões de licitação.

27- Ainda com relação às prescrições da Lei n. 8.987, de 13/2/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a opção correta.

- a) No julgamento da licitação, deverão ser considerados simultaneamente, pelo menos, os critérios do menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado e da melhor proposta técnica, com preço fixado no edital.
- b) São várias as cláusulas essenciais do contrato de concessão, porém elas não incluem as relativas à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente e aos direitos dos usuários para a obtenção e utilização do serviço: essas cláusulas devem ser tratadas em lei.
- c) É incumbência do poder concedente intervir na prestação do serviço sempre que houver denúncia de que ela é inadequada ou de qualidade insuficiente.
- d) O poder concedente poderá intervir na concessão, sendo que a intervenção será feita por decreto do poder concedente, que conterà a designação do interventor e o prazo da intervenção.
- e) A não-regularização pela concessionária da prestação do serviço após intimação do poder concedente neste sentido pode gerar a encampação, que é uma das razões para a extinção unilateral da concessão sem pagamento de indenização.

28-A respeito das prescrições da Lei n. 8.987, de 13/2/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a opção incorreta.

- a) As concessões estão sujeitas à fiscalização contínua e exclusiva pelo poder concedente responsável pela delegação. Por sua vez, as permissões, por serem delegações a título precário, sujeitam-se à fiscalização pelo poder concedente com a cooperação dos usuários.
- b) Um município de um estado brasileiro que, no passado, tenha sido território pode ser poder concedente.
- c) As condições de prestação de um serviço adequado incluem continuidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.
- d) Os usuários devem levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tomem conhecimento, relativas ao serviço prestado.
- e) Os contratos relativos à concessão de serviços públicos poderão prever mecanismos de revisão tarifária, com a finalidade de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

29- São características sempre presentes nos contratos administrativos, exceto:

- a) A natureza personalíssima do pacto.
- b) A exigência de garantia.
- c) A mutabilidade.
- d) A formalidade.
- e) A natureza de contrato de adesão.

30- Constitui(em) motivo para a rescisão unilateral do contrato administrativo, exceto:

- a) O atraso injustificado no início da execução.
- b) A dissolução da sociedade.
- c) Razões de interesse público, nos termos do artigo 78, XII, da Lei n. 8.666/93.
- d) A subcontratação total ou parcial do objeto ainda que autorizada no edital e no contrato.
- e) A paralisação da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

31- O instrumento de contrato é obrigatório e insubstituível nos seguintes casos, exceto:

- a) Quando a contratação for precedida de licitação na modalidade de concorrência.
- b) Quando a contratação for precedida de licitação na modalidade de tomada de preços.
- c) Quando a contratação resultar de dispensa de licitação e o valor do contrato ultrapassar seiscentos e cinquenta mil reais.

d) Quando a contratação for oriunda de inexigibilidade de licitação e o valor do contrato ultrapassar um milhão e quinhentos mil reais.

e) Quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e sem obrigação futura.

32- Assinale a opção que contenha uma ou mais cláusulas cuja obrigatoriedade não é exigida pela Lei n. 8.666/93, no instrumento contratual firmado pela Administração Pública.

- a) Objeto/ preço/prazo.
- b) Regime de execução/classificação funcional programática da despesa.
- c) Garantias de execução/penalidades/ taxa de câmbio.
- d) Casos de rescisão/vinculação ao edital ou ao termo de dispensa ou inexigibilidade.
- e) Legislação aplicável/ direitos e responsabilidades das partes.

33- A Empresa "B", contratada pela Administração Pública mediante licitação na modalidade de concorrência para a prestação de serviços continuados, comete falta grave que resulta em inexecução parcial do contrato.

A Administração contratante, por meio da autoridade competente, aplica à Empresa "B" a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Considerando o disposto no texto acima, assinale a opção falsa.

- a) A Administração contratante poderia, legitimamente, ter cumulado a penalidade aplicada com a cobrança de multa.
- b) A autoridade competente para aplicar a referida penalidade, em âmbito federal, deve ser, nos termos da Lei n. 8.666/93, um ministro de estado.
- c) Em face da penalidade aplicada, a Empresa "B" encontra-se impedida de contratar com a Administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- d) A Empresa "B" somente estará impedida de licitar e contratar com o órgão ou entidade da Administração Pública que a penalizou.
- e) Caso a Empresa "B" venha a ressarcir a Administração pelos prejuízos causados, sua reabilitação poderá ser requerida após dois anos contados da aplicação da penalidade.

34- Correlacione os eventos abaixo descritos com as respectivas áleas e assinale a opção correta.

- (1) Álea Administrativa.
- (2) Álea Ordinária.
- (3) Álea Extraordinária.

- () Riscos inerentes ao negócio.
- () Fato do Príncipe.
- () Circunstâncias externas ao contrato estranhas à vontade das partes que causam grande desequilíbrio no pacto.
- () Fato da Administração.
- () Alteração unilateral do contrato.

- a) 1/2/3/2/1
- b) 2/1/3/1/1
- c) 1/1/1/2/3
- d) 3/1/2/2/1
- e) 3/2/1/1/2

35- São modalidades de garantia previstas na Lei n. 8.666/93, exceto:

- a) Caução em dinheiro.
- b) Aval.
- c) Fiança bancária.
- d) Seguro-garantia.
- e) Caução em Títulos da Dívida Pública.

36- Assinale a hipótese em que a alteração do contrato administrativo poderá se dar independentemente da anuência do contratado.

- a) Para a substituição da garantia da execução.
- b) Em razão de acréscimo no objeto que represente 30% do valor inicial atualizado do contrato de reforma de edifício.
- c) Para modificar a forma de pagamento.
- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- e) Em razão de acréscimo no objeto equivalente à 30% do valor inicial atualizado do contrato de locação de equipamentos.

37- A Empresa "A", contratada legitimamente pela Administração Pública para a execução de uma obra sob o regime de empreitada integral em 24/02/2006, para a entrega em 30/09/2006, já passa a providenciar, em 1/03/2006, a compra dos materiais necessários para a realização da obra, mediante pagamento a vista, com prazo de entrega fixado pelo fornecedor em 20 dias.

Em 02/03/2006, a Empresa "A" é surpreendida pela Administração contratante que noticia a necessidade de suprimir parte da obra contratada em 15%.

Com base na situação acima narrada, assinale a opção verdadeira.

- a) A supressão noticiada pela Administração contratante ultrapassa o limite permitido e, portanto, é ilegal.
- b) De posse da nota fiscal de compra dos materiais, a empresa poderá ser ressarcida pelos custos de sua aquisição.
- c) A Administração somente deverá responsabilizar-se pelos custos de aquisição de materiais já postos no local dos trabalhos.
- d) A Administração caso venha a custear os materiais adquiridos pela empresa "A", o fará sem correção monetária.
- e) Ainda que regularmente comprovados, a Empresa "A" não fará jus à indenização por outros danos decorrentes da supressão.

38- Das espécies contratuais abaixo relacionadas, assinale aquela que deverá obedecer ao disposto no art. 57, caput, da Lei n. 8.666/93, no que diz respeito à sua vigência.

- a) Concessão de uso de bem público.
- b) Locação de imóveis.
- c) Concessão de obra pública.
- d) Assinatura de periódicos.
- e) Concessão de serviço público.

39- Relativamente à prorrogação dos contratos administrativos, assinale a opção em que ela poderá se dar independentemente de previsão no instrumento convocatório.

- a) Prestação de serviços continuados para atender à situação excepcional.
- b) Locação de equipamentos de informática.
- c) Projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas fixadas pelo Plano Plurianual.
- d) Utilização de programas de informática.
- e) Fornecimento de revistas técnicas.

40- Entre as situações em que é exigida pelo Tribunal de Contas da União a documentação relativa à regularidade com a seguridade social nas licitações e contratos de terceirização em que a Administração Pública figura como contratante, podemos destacar as seguintes, exceto:

- a) Licitação nas modalidades de concurso e leilão.
- b) Contratação direta por dispensa e inexigibilidade de licitação.
- c) Fornecimento para pronta entrega.
- d) Licitação nas modalidades de convite, tomada de preços, concorrência e pregão.
- e) Contratos de execução continuada a cada pagamento efetivado.

41- João Aniceto comprou um caminhão e, com muito esforço pessoal, pagou as prestações até a quitação final.

Ao adquirir quotas de capital do Mercadinho da Praça Limitada, Aniceto aceitou entregar o caminhão para integralizá-las, mas combinou com os outros sócios que queria usar o caminhão sempre que dele precisasse, já que foi ele, João, quem o adquiriu da Chevrolet, comprando-o e pagando-o até a quitação.

O desejo de João Aniceto não pode ser atendido, porque o Mercadinho é uma sociedade empresária e tem que observar os princípios fundamentais de contabilidade.

A regra que determina que o caminhão não é mais do João, mesmo que ele seja dono da empresa, é o princípio contábil da

- a) continuidade.
- b) competência.
- c) oportunidade.
- d) prudência.
- e) entidade.

42- No início do ano, a empresa Amont Uado S/A tinha patrimônio líquido de R\$ 12.000,00. No fim do exercício, o balanço da mesma empresa apresentava passivo a descoberto no valor de R\$ 11.000,00.

Examinando-se o que pode ter ocorrido no exercício social, que tanto alterou a equação do patrimônio, é certo dizer que, no período, houve

- a) redução de ativo no valor de R\$ 23.000,00.
- b) prejuízo líquido no valor de R\$ 23.000,00.
- c) aumento de passivo no valor de R\$ 23.000,00.
- d) aumento de passivo no valor de R\$ 11.000,00.
- e) prejuízo líquido no valor de R\$ 11.000,00.

43- Assinale abaixo a opção que contém a afirmativa correta.

- a) Denomina-se regime contábil a maneira de reconhecer o resultado das operações em razão do período em que forem efetuadas, ou em que forem pagas ou recebidas.
- b) O patrimônio líquido representa o investimento feito pelos sócios como capital inicial da entidade ou empresa.
- c) As contas de resultado representam a diferença produzida no patrimônio líquido pelos fatos administrativos modificativos.
- d) O passivo a descoberto é a diferença ocorrida quando o valor do passivo exigível é maior que o valor do patrimônio líquido.
- e) A diferença básica entre reservas e provisões é que as contas de reservas são creditadas apenas quando for apurado lucro, e as contas de provisão são debitadas em contrapartida ao resultado, mesmo no exercício em que não haja lucro.

44- Observe abaixo uma relação de contas e saldos da empresa Queixas & Queijos Ltda.

Contas	saldos
Provisão para Férias	1.000,00
Receitas a Receber	1.400,00
ICMS a Recuperar	1.700,00
Receitas a Vencer	1.800,00
Provisão p/Créditos de Liquidação	
Duvidosa	2.000,00
ICMS a Recolher	2.200,00
Aluguéis Ativos	2.500,00
Aluguéis a Receber	2.800,00
Despesas a Vencer	2.900,00
Despesas a Pagar	3.100,00
ICMS sobre Vendas	4.000,00

É claro que as contas e saldos acima não constituem um balancete, pois, não representam inteiramente o livro Razão. O que se pretende é apenas classificá-las, examinando seus saldos e seu funcionamento.

Com base, exclusivamente, nessas contas, classificando-as por natureza, vamos encontrar um somatório de saldos

- a) credores no valor de R\$ 16.300,00.
- b) de passivo no valor de R\$ 11.100,00.
- c) de ativo no valor de R\$ 9.100,00.
- d) de ativo no valor de R\$ 7.900,00.
- e) de passivo no valor de R\$ 6.300,00.

45- A empresa Abece Com. S/A efetuou um empréstimo bancário mediante o desconto de notas promissórias com vencimento para março do ano seguinte.

O valor do empréstimo foi R\$ 120.000,00, com encargos de 18% ao ano. A data da contratação foi primeiro de novembro e a despesa foi rateada em proporção direta à duração do empréstimo.

Com observância do princípio contábil da competência, na data da efetivação do aludido empréstimo a contabilidade deverá registrar a operação como segue:

a) Débito de Bancos conta Movimento	129.000,00
crédito de Empréstimos Bancários	120.000,00
crédito de Juros a Vencer	9.000,00.
b) Débito de Bancos conta Movimento	120.000,00
crédito de Empréstimos Bancários	111.000,00
crédito de Juros a Pagar	9.000,00.
c) Débito de Bancos conta Movimento	111.000,00
débito de Juros Passivos	9.000,00
crédito de Empréstimos Bancários	120.000,00.
d) Débito de Bancos conta Movimento	111.000,00
débito de Juros a Vencer	9.000,00
crédito de Empréstimos Bancários	120.000,00.
e) Débito de Bancos conta Movimento	111.000,00
débito de Juros Passivos	3.600,00
débito de Juros a Vencer	5.400,00
crédito de Empréstimos Bancários	120.000,00.

46- Ao elaborar o balancete de verificação, a empresa verificou que o lucro líquido contábil seria de R\$ 9.000,00, se não fosse contabilizada uma lista de itens para ajuste do resultado à competência do exercício.

Os itens relacionados para fins de ajustes contábeis foram os seguintes:

- 1) registro do aluguel de dezembro de 2004, no valor de R\$ 3.500,00, ainda não pago;
- 2) registro do seguro pago e contabilizado pelo regime de caixa, à razão de R\$ 100,00 mensais, cuja cobertura vai até abril do ano seguinte;
- 3) contabilização de R\$ 230,00 de juros vencidos mas não recebidos no exercício;
- 4) contabilização R\$ 600,00 de receitas recebidas e já registradas pelo regime de caixa, mas que só incorrerão no exercício seguinte;
- 5) venda de mercadorias por R\$ 2.000,00, a preço de custo e para recebimento posterior;
- 6) venda a vista de mercadorias por R\$ 3.000,00, com perda de 10% sobre o preço obtido.

Nesses eventos não houve nenhuma implicação de ordem fiscal ou tributária.

Após o registro contábil de tais itens, pode-se dizer que o lucro efetivamente apurado na Contabilidade, antes de qualquer outra destinação, foi no valor de

- a) R\$12.770,00.
- b) R\$ 5.830,00.
- c) R\$ 5.230,00.
- d) R\$ 5.197,00.
- e) R\$ 5.000,00.

47- Ao vender um equipamento usado por R\$30.000,00 a empresa Mefístofles S/A contabilizou uma perda de capital na alienação da ordem de 20% sobre o preço de venda.

Sabendo-se que o bem foi depreciado pelo método linear à razão de 12% ao ano e foi comprado há 50 meses, pode-se dizer que o custo de aquisição desse equipamento foi de

- a) R\$ 18.000,00.
- b) R\$ 36.000,00.
- c) R\$ 54.000,00.
- d) R\$ 72.000,00.
- e) R\$ 75.000,00.

48- Observe abaixo uma relação de contas e saldos da empresa Ovos & Uvas Comércio S/A, elaborada no encerramento do exercício, em 31 de dezembro de 2005:

C o n t a s	s a l d o s
Compras de Mercadorias	7.000,00
Depreciação Acumulada	500,00
Mercadorias	5.000,00
Vendas de Mercadorias	10.000,00
Descontos Ativos	600,00
Descontos Passivos	400,00
Salários e Ordenados	500,00
Impostos e Taxas	300,00
Prêmios de Seguros	600,00
Caixa	1.000,00
Clientes	4.000,00
Fornecedores	6.000,00
Móveis e Utensílios	3.400,00
Capital Social	7.000,00
ICMS sobre Vendas	1.700,00
Capital a Realizar	1.500,00
Prejuízos Acumulados	400,00
ICMS a Recolher	1.700,00

Observações:

- o ICMS sobre as compras foi calculado em R\$1.200,00;
- o estoque final de mercadorias foi avaliado em R\$4.000,00;
- não há outras implicações de ordem tributária.

Após os registros de ajustes do ICMS e do Estoque de Mercadorias e a elaboração das demonstrações financeiras cabíveis, vamos encontrar:

- Prejuízos Acumulados de R\$ 400,00.
- Prejuízos Acumulados de R\$ 100,00.
- Lucros Acumulados de R\$ 200,00.
- Lucros Acumulados de R\$ 500,00.
- Lucros Acumulados de R\$ 800,00.

49- A empresa Count S/A realizou vendas no valor de R\$ 250.000,00, concedendo descontos comerciais de R\$ 6.000,00 e descontos financeiros de R\$ 10.000,00. Ao fim do período foi apurado um Custo das Mercadorias Vendidas no valor de R\$ 180.000,00.

Sabendo-se que a tributação das vendas foi feita apenas com ICMS à alíquota de 17%, pode-se dizer que o lucro bruto no referido período foi no valor de

- R\$ 12.520,00.
- R\$ 21.500,00.
- R\$ 22.520,00.
- R\$ 24.220,00.
- R\$ 28.520,00.

50-A empresa Brent S/A apresenta os seguintes dados contábeis referentes ao início do exercício social de 2005.

Capital Social	200.000,00
Reservas de Capital	50.000,00
Reserva Legal	12.000,00
Lucros Acumulados	10.000,00
Patrimônio Líquido	272.000,00

O resultado líquido alcançado no exercício de 2005 foi lucro de R\$90.000,00, tendo a Administração apresentado proposta para sua destinação na forma seguinte:

- para Reserva de Contingências, R\$20.000,00;
- para Reservas Estatutárias, 10%;
- para Reserva Legal, conforme determinação de lei;
- para dividendo mínimo obrigatório, 30% na forma dos Estatutos.

No balanço patrimonial, elaborado ao fim do exercício, a empresa vai apresentar a conta Dividendos a Pagar com saldo credor referente ao dividendo mínimo obrigatório do ano, no valor de

- a) R\$ 16.950,00.
- b) R\$ 17.850,00.
- c) R\$ 19.650,00.
- d) R\$ 25.650,00.
- e) R\$ 27.000,00.

51- Uma entidade pública da administração indireta integrante do Orçamento Geral da União - OGU recém criada deverá observar, na organização da sua contabilidade, as seguintes regras e procedimentos, exceto:

- a) Realizar a contabilização orçamentária e financeira por intermédio do sistema Siafi.
- b) Adotar o Plano de Contas Único da Administração Federal.
- c) Contabilizar os bens de almoxarifado pelo preço médio ponderado das compras.
- d) Integrar uma vez por mês o seu balancete ao balancete geral da União.
- e) Indicar à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para efeito de cadastramento, o nome e o CRC do contador responsável pelos registros contábeis da entidade.

52-Assinale a opção incorreta a respeito do Plano de Contas Único da Administração Federal.

- a) As contas de resultado aumentativo são destinadas ao registro dos fatos de natureza extraorçamentária.
- b) A estrutura atual do Plano de Contas é composta de seis (6) classes de contas e um código de conta com sete (7) níveis.
- c) As contas, segundo suas peculiaridades de escrituração e evidenciação, podem ser detalhadas em contas-correntes contábeis.
- d) O grupo compensado comporta também as contas de controle orçamentário.
- e) O controle dos fatos da execução orçamentária da despesa é realizado nas contas do passivo compensado.

53-No âmbito federal, o registro da receita realizada (de natureza tributária) implica em lançamento nas seguintes contas contábeis:

- a) Débito em conta de receita e crédito em conta do passivo compensado.
- b) Crédito em conta de mutações ativas e débito em conta do passivo compensado.
- c) Débito e crédito em contas do ativo compensado.
- d) Crédito em contas de receita e débito em contas do passivo.
- e) Crédito em conta de receita e débito em conta do permanente.

54- Ao receber, do órgão central de programação financeira, recursos financeiros à conta do orçamento do exercício corrente, uma setorial de programação financeira terá o seguinte lançamento nas suas contas de resultado:

- a) Crédito em uma conta de receita de transferências.
- b) Crédito em uma conta de interferência passiva orçamentária.
- c) Débito em uma conta de mutação ativa orçamentária.
- d) Débito em uma conta de mutação passiva orçamentária.
- e) Crédito em uma conta de interferência ativa orçamentária.

55- Sobre a iluminação pública, presente nas ruas, praças e avenidas, pode-se dizer que se trata de um bem:

- a) Público.
- b) Privado.
- c) Semi-público.
- d) Semi-privado.
- e) Misto.

56- Conceitualmente, pode-se dizer que o estudo sobre Finanças Públicas abrange os seguintes temas, exceto:

- a) a emissão de moeda e títulos públicos.
- b) a captação de recursos pelo Estado.
- c) a gestão e o gasto das receitas públicas.
- d) a racionalização da estrutura administrativa do Estado.
- e) a alocação dos recursos públicos visando às necessidades da coletividade e do próprio Estado.

57- Em termos conceituais, o orçamento público pode ser entendido como o instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período de tempo,

- a) seu programa de atuação, discriminando, apenas, a origem e o montante dos recursos a serem obtidos.
- b) seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.
- c) seu programa de atuação, discriminando, apenas, a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.
- d) seu programa de atuação, sem que para isso seja necessário discriminar nem a origem e o montante dos recursos a serem obtidos nem a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.
- e) seu programa de atuação, discriminando, apenas, os agentes responsáveis pela realização dos dispêndios a serem efetuados.

58- Acerca do processo de elaboração da lei orçamentária, assinale a opção que preenche corretamente as lacunas:

O Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) define as prioridades do governo por um período de quatro anos e deve ser enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até o dia ____①____.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até o dia ____②____. A LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração do Orçamento, dispõe sobre alteração na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

Com base na LDO aprovada pelo Legislativo, a Secretaria de Orçamento Federal elabora a proposta orçamentária para o ano seguinte. Por determinação constitucional, o governo é obrigado a encaminhar o Projeto de Lei do Orçamento ao Congresso Nacional até o dia ____③____.

- a) ① 15 de abril do primeiro ano de seu mandato.
② 15 de abril de cada ano.
③ 31 de agosto de cada ano.
- b) ① 15 de abril do primeiro ano de seu mandato.
② 15 de abril do primeiro ano de seu mandato.
③ 31 de agosto de cada ano.
- c) ① 31 de agosto de cada ano.
② 15 de abril de cada ano.
③ 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato.
- d) ① 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato.
② 15 de abril do primeiro ano de seu mandato.
③ 31 de agosto de cada ano.
- e) ① 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato.
② 15 de abril de cada ano.
③ 31 de agosto de cada ano.

59- Acerca da Lei Orçamentária Anual é incorreto afirmar:

- a) Seu estabelecimento se dá por iniciativa do Poder Executivo.
- b) A lei orçamentária anual compreenderá os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.
- c) O orçamento da seguridade social terá, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- d) O projeto de lei orçamentária anual será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- e) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

60- Na forma vigente, é correto afirmar que o Plano Plurianual:

- a) possui duração de 5 anos, com vigência até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- b) possui duração de 5 anos, com vigência até o final do mandato presidencial subsequente.
- c) possui duração de 5 anos, com vigência até o final do mandato presidencial em que for estabelecido.
- d) possui duração de 4 anos, com vigência até o final do mandato presidencial subsequente.
- e) possui duração de 4 anos, com vigência até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.

61- Como estágio da receita pública, temos que só por meio _____, em conta específica, é que se pode dizer que os recursos estarão efetivamente disponíveis para utilização pelos gestores financeiros, de acordo com a programação que for estabelecida.

- a) do empenho
- b) da liquidação
- c) do pagamento
- d) da arrecadação
- e) do recolhimento

62- A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, destinada à ANEEL pela Lei n. 9.427/96, deve ser classificada como uma:

- a) Receita Tributária.
- b) Receita de Contribuição.
- c) Receita Patrimonial.
- d) Receita Industrial.
- e) Receita de Serviços.

63- De acordo com o Código Tributário Nacional, _____ tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

- a) o imposto
- b) a taxa
- c) a contribuição de melhoria
- d) a contribuição fiscal
- e) a contribuição parafiscal

64- No universo tributário nacional, considera-se contribuição fiscal:

- a) o imposto.
- b) a taxa.
- c) a contribuição de melhoria.
- d) a contribuição para Seguro de Acidente de Trabalho (SAT).
- e) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Nacional (COFINS).

65- Segundo a norma vigente, cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecer _____ que assegure ao consumidor o pagamento de um valor justo, bem como garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária de distribuição para que ela possa oferecer um serviço com a qualidade, confiabilidade e continuidade necessárias.

- a) tarifa
- b) taxa
- c) contribuição de melhoria
- d) imposto
- e) tributo

66- De acordo com o estabelecido pela Lei n. 8.666/93, e utilizando as letras 'M' para modalidade de licitação e 'T' para tipo de licitação, assinale a opção que indica a correta classificação dos seguintes termos:

- 1- Convite
- 2- Técnica e Preço
- 3- Melhor Técnica
- 4- Tomada de Preços
- 5- Concorrência
- 6- Menor Preço

- a) 1-M 2-T 3-T 4-M 5-M 6-T
- b) 1-T 2-T 3-T 4-M 5-M 6-M
- c) 1-M 2-M 3-M 4-T 5-T 6-T
- d) 1-T 2-M 3-T 4-M 5-T 6-M
- e) 1-T 2-M 3-M 4-T 5-T 6-M

67-De acordo com a Lei n. 8.666/93, tendo a autoridade competente, para assinatura do contrato, exigido a prestação de garantia, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, exceto:

- a) fiança bancária.
- b) hipoteca imobiliária.
- c) caução em dinheiro.
- d) seguro garantia.
- e) caução em títulos da dívida pública.

68-Sobre o Pregão, instituído para aquisição de bens e serviços comuns, é correto afirmar que:

- a) A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, sendo permitidas especificações tais que limitem a competição, tornando mais célere o processo.
- b) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 15 (quinze) dias úteis.
- c) Durante a fase externa, no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- d) O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- e) Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro, obrigatoriamente, adjudicar o objeto do pregão em favor da vencedora.

69- Assinale a opção incorreta em relação às disposições da Resolução Aneel n. 381/2001, no que se refere à prestação de contas de convênios celebrados entre a agência reguladora e as agências do setor elétrico.

- a) As prestações de contas devem ter periodicidade trimestral.
- b) Deve conter a relação dos pagamentos efetuados.
- c) Cabe à Superintendência de Administração Financeira da Aneel coordenar e orientar o processo de prestação de contas.
- d) As unidades técnicas da Aneel têm até 30 dias para aprovar as prestações de contas.
- e) O demonstrativo físico deverá demonstrar o desenvolvimento das atividades relacionadas a cada meta estabelecida no PAM.

70- Assinale a opção falsa em relação aos requisitos para a celebração de convênios com a administração pública federal (IN 1/97-STN)

- a) Descrição completa do objeto a ser executado.
- b) Razões que justifiquem a celebração do convênio.
- c) Comprovação da capacidade financeira do proponente para gerir os recursos.
- d) Licença ambiental prévia, quando o convênio envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais.
- e) Descrição das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente.

71- A regularidade para a celebração de convênios com a administração pública federal se dá mediante as seguintes comprovações, exceto

- a) de regularidade perante o PIS/PASEP.
- b) Comprovação Apresentação de Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- c) Comprovação de não estar inscrito como inadimplente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.
- d) Apresentação de certidão negativa do Tribunal de Contas da União certificando a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais recebidos.
- e) Comprovação de não estar inscrito há mais de 30 (trinta) dias no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados - CADIN.

72- Constituem documentos obrigatórios na prestação de contas final de recursos recebidos por órgãos e entidades mediante convênios, exceto:

- a) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos.
- b) Balanços e balancetes dos recursos recebidos.
- c) Relatório de Execução Físico-Financeira.
- d) Relação de Bens (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União).
- e) Relação de Pagamentos.

- 73-A interrupção da liberação total ou parcial de recursos financeiros de convênios por parte da Aneel se dá na ocorrência de um dos seguintes fatos:
- O ente conveniente não apresentar o adequado Plano de Atividades e Metas - PAM.
 - A contrapartida de recursos da agência conveniente for inferior ao montante aplicado pela Aneel.
 - A agência conveniente solicitar à Aneel a interrupção temporária do PAM.
 - Quando a agência conveniente não aplicar os recursos recebidos em um prazo máximo de noventa (90) dias.
 - Quando ocorrer qualquer tipo de restrição ao orçamento da Aneel que impeça a adequada implementação do Plano de Atividades e Metas - PAM.
- 74- Assinale, entre as opções a seguir, aquela que constitui uma das competências do Tribunal de Contas da União - TCU.
- Elaborar e julgar as tomadas e prestações de contas anuais dos administradores públicos.
 - Decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.
 - Julgar anualmente as contas do Presidente da República.
 - Distribuir, nos termos da Constituição Federal, os recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.
 - Fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal - FPE.
- 75-No cumprimento das suas atribuições o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo desempenha as seguintes atividades, exceto
- Avaliação da execução dos orçamentos da União.
 - Avaliação do Cumprimento das metas do Plano Plurianual.
 - Controle das operações de créditos, avais, garantias, direitos e haveres da União.
 - Controle da emissão de papel moeda por parte do Banco Central.
 - Avaliação da aplicação de recursos públicos por Entes Privados.
- 76- Os processos de contas dos administradores públicos e demais responsáveis pela gestão dos recursos públicos devem conter os seguintes documentos, exceto:
- Demonstrativo detalhado dos recebimentos de recursos e dos pagamentos efetuados.
 - Certificado de auditoria, emitido pelo órgão de controle interno competente.
 - Relatório de gestão, emitido pelos responsáveis.
 - Demonstrativos contábeis, exigidos pela legislação aplicável e necessários à gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
 - Rol de responsáveis.
- 77-Assinale a opção que indica a ocorrência de restos a pagar processados.
- Empenho, liquidação e pagamento da despesa no mês de dezembro.
 - Pagamento em dezembro de despesa empenhada e liquidada em novembro do mesmo ano.
 - Pagamento em fevereiro de despesa empenhada em dezembro do ano anterior cuja entrega dos bens foi realizada em fevereiro.
 - Empenho da despesa em fevereiro para liquidação e pagamento em março do mesmo ano.
 - Pagamento em janeiro de despesa empenhada em dezembro do ano anterior cuja entrega dos bens tenha-se dado também no mês do empenho da despesa.
- 78-O estágio da despesa denominado liquidação consiste em
- emissão da Nota de Empenho com o valor a ser pago ao fornecedor.
 - verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária.
 - emissão do documento ordem de liquidação para pagamento.
 - verificação do montante de créditos a serem comprometidos com o fornecedor.
 - emissão de documento bancário para a liquidação de obrigação em banco.
- 79-Assinale a opção que indica uma das características das despesas de exercícios anteriores.
- É paga sempre à conta dos créditos do exercício em que ocorreu o fato gerador.
 - O reconhecimento é realizado mediante decreto do Poder Executivo.
 - O reconhecimento é realizado em elemento de despesa especificamente criado para esse fim.
 - O seu montante não poderá exceder a cinco (5) por cento da dotação do exercício corrente.
 - O pagamento não pode preceder os pagamentos das despesas do exercício.
- 80-De acordo com o Decreto n. 93.872/86, a restituição de suprimento de fundos, por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida, se recolhida após o encerramento do exercício, constituirá:
- Despesa de Exercícios Anteriores.
 - Restos a Pagar.
 - Receita Orçamentária.
 - Anulação de Despesa.
 - Receita Extra-orçamentária.